

PODER

Em BH, emoção na posse on-line

Fuad Noman, que está em tratamento de câncer, assume prefeitura sob longos aplausos. Vice-prefeito lê discurso com voz embargada

» BERNARDO ESTILLAC
» LARISSA FIGUEIREDO
» VINÍCIUS PRATES

Alexandre Guzanhe/EM/D.A Press



Noman no telão com a esposa: ele não participou presencialmente seguindo recomendação médica de evitar locais com grande aglomeração

Belo Horizonte — “Estou aqui por amor. Por muito amor a esta cidade, por amor à sua gente.” Com essas palavras, Fuad Noman (PSD) tomou posse, ontem, como prefeito de Belo Horizonte para seu segundo mandato consecutivo. Aos 77 anos e em recuperação de um câncer, o chefe do Executivo reforçou o compromisso com a capital mineira durante a cerimônia realizada na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), por videoconferência. Ele não participou presencialmente seguindo recomendação médica de evitar locais com grande concentração de pessoas.

De casa e acompanhado da esposa, dona Mônica, Fuad participou brevemente do evento, usando uma máscara para fazer o juramento de posse. Mesmo assim, o prefeito reeleito foi longamente aplaudido pelo plenário, lotado com os 41 vereadores recém-empossados e seus convidados. O discurso dele foi lido na sequência pelo vice-prefeito Álvaro Damião (União), também empossado na ocasião.

Em sua fala, ressaltou o amor pela cidade e a vontade de continuar trabalhando para transformá-la, enfatizando sua motivação para enfrentar uma intensa campanha eleitoral, mesmo em meio a um tratamento de câncer. “Foi para agradecer a esse amor e devolver à cidade um pouco do que ela me deu que resolvi ser candidato à reeleição. E deu certo. Aqui estou sendo empossado para ficar mais quatro anos à frente da Prefeitura de minha amada Belo

Horizonte”, enfatizou.

Nascido e criado na capital mineira, Fuad relembrou sua trajetória pessoal e profissional, destacando o vínculo que o une à cidade. “Foi aqui que nasci, cresci e vivi a maior parte da minha vida. Aqui, há 54 anos, conheci Mônica, meu grande amor e parceira de vida”, declarou ele, que destacou, ainda, realizações de sua gestão e fez promessas para este novo período.

No fim do texto, Damião leu com a voz embargada os agradecimentos de Fuad à família e

ao corpo médico que o atendeu nos últimos meses. A fala do vice-prefeito foi cortada por aplausos dos presentes.

O prefeito se curou de um câncer durante a campanha pela reeleição e, após a vitória, passou por três internações para tratar, primeiro, uma neuropatia periférica; depois, uma pneumonia; e, por último, um quadro de diarreia e sangramento intestinal.

O discurso lido pelo seu vice também fez questão de reafirmar seu compromisso de governar

para todos os belo-horizontinos, independentemente de terem votado nele ou não.

“Agradeço a cada um dos meus 670.574 eleitores que me deram a vitória em 27 de outubro. Mas não é só para esses eleitores que vou dedicar meu segundo mandato. Eu me comprometo a governar para todos os 2.315.560 belo-horizontinos e entregar a cada um deles uma cidade melhor, mais justa, mais humana e mais feliz”, enfatizou. Fuad finalizou com uma mensagem de união e trabalho:

“Contem comigo para melhorar a vida de Belo Horizonte nos próximos quatro anos.”

De casa

De acordo com o vice-prefeito Álvaro Damião, Fuad vai seguir trabalhando de casa. “Ele estava despachando de casa, se reunindo comigo. Eu me reuni com algumas outras pessoas da prefeitura, secretários, estivemos lá (na casa do prefeito)”, afirmou o vice, ressaltando que visita Fuad “quase diariamente”



Quero agradecer ao corpo médico e aos funcionários do hospital (...) que me curaram de um câncer e agora me recuperam para que eu possa estar pronto para esta nova batalha”

Fuad Noman (PSD),
prefeito de Belo Horizonte

para tratar os temas da cidade e que os futuros encontros de trabalho seguirão ocorrendo na residência do prefeito enquanto ele se recupera.

Questionado sobre a possibilidade de Fuad se afastar das atividades, Damião afirmou que não opina sobre o assunto. “Quem define essa situação é o Fuad e o corpo médico dele. Isso é entre ele, a família dele e o corpo médico dele. O que ele pode ter certeza é de que eu estou aqui para ajudá-lo no que ele achar que deve fazer e da forma como ele achar que deve ser feito”, frisou o vice-prefeito em coletiva de imprensa após a solenidade de posse.

Álvaro Damião também foi questionado sobre o secretariado da nova gestão. No entanto, não entrou em detalhes a respeito de possíveis mudanças. Por enquanto, o vice-prefeito segue como secretário de Governo.

Justiça barra eleito que reclamou de “preço” do voto

Foragido da Justiça por suspeita de compra de votos, Carlos Alberto Queiroz, o Bebeto do Choró (PSB) — município de 12 mil habitantes a 185km de Fortaleza —, teve a posse como prefeito suspensa pela Justiça Eleitoral.

A decisão atende a um pedido do Ministério Público do estado, que pediu a cassação de Bebeto após a Polícia Federal encontrar diálogos atribuídos ao político, entre os quais um áudio em que o prefeito eleito “reclama do preço a pagar pelos votos, indicando que estava muito caro”.

“Mas só para votar... ele é doído, é caro demais, mano... ele consegue quantos votos?”, disse Bebeto a um interlocutor, em 29 de setembro, às vésperas do primeiro turno, que ocorreu em 6 de outubro. Dois meses após o

diálogo, Bebeto foi alvo das operações Ad Manus, da Promotoria, e Vis Occulta, da Polícia Federal. Em nota divulgada no início de dezembro, Bebeto afirmou sua “total inocência”.

O inquérito sobre a suposta compra de votos apura um esquema que envolveria mais de 51 prefeituras, com a lavagem de dinheiro de emendas parlamentares. A investigação citou o deputado Júnior Elmano (ex-PL) e por isso o caso subiu para o Supremo Tribunal Federal (STF). O processo está no gabinete do ministro Gilmar Mendes.

As provas colhidas pela Polícia Federal abasteceram uma ação de investigação judicial eleitoral que ao Ministério Público do Ceará moveu contra Bebeto e seu vice, Bruno Juca Bandeira (PRD)

— o qual também teve a posse suspensa. O prefeito eleito foi diplomado por procuração no último dia 14. Foi o filho dele quem compareceu à cerimônia no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), para que o pai não fosse capturado pela PF.

Interino

Quem assumiu a prefeitura interinamente foi o vereador Paulo George Saraiva (PSB). Ele citou a suspensão da posse de Bebeto em cerimônia na Câmara dos Vereadores, transmitida pelas redes sociais. Ele chamou a vice-presidente da Casa a assumir a cerimônia — e seu assento — enquanto ia “tomar posse como prefeito interino”.

A ação movida pela

Promotoria Eleitoral contra Bebeto e seu vice foi assinada pelo promotor eleitoral da 6ª Zona Eleitoral do Ceará André Luis Tabosa de Oliveira no último dia 13. Ele atribuiu ao prefeito eleito e a Bandeira abuso de poder econômico, não apenas quanto às eleições municipais em Choró, mas em outras cidades.

“O que se constata é a arrecadação de valores por meio de transferências de receitas de pessoas jurídicas sob o controle direto do promovido Carlos Alberto Queiroz Pereira e de sua irmã Cleidiane de Queiroz Pereira, utilizando-se de “laranjas”, como forma de evitar a identificação direta de um grande esquema de captação ilícita de sufrágio, doações eleitorais irregulares, e ilícitos não eleitorais, com

ramificações que ainda estão sob a investigação da Polícia Federal”, escreveu o promotor.

Segundo o MP, as conversas interceptadas pela PF, com uma “variedade de pessoas beneficiadas e dos municípios atingidos”, mostram a “complexidade da teia de interesses” do prefeito eleito e seus aliados “e o espectro de sua influência eleitoral, a compor a abrangência do abuso de poder econômico relacionado ao aspecto eleitoral”.

A PF diz ter conseguido evidências “de um intrincado esquema eleitoral envolvendo o grupo criminoso liderado” por Bebeto, que articulava a compra de votos na região de Canindé, a cerca de 100km de Fortaleza, “mediante o oferecimento de vantagens materiais e financeiras”.

Saiba mais

As investigações que miram o prefeito eleito de Choró tiveram início após a prefeita de Canindé (CE), Maria do Rosário Araújo Pedrosa Ximenes, buscar o Ministério Público, em pleno período eleitoral, para denunciar Bebeto do Choró.

Segundo a denúncia, Bebeto “enviaria dinheiro para outras prefeituras, cerca de 51, e teria para gastar nas eleições mais de R\$ 58 milhões”.

Maria do Rosário alegou ainda que o então candidato à Prefeitura de Choró “financiaria carro, gasolina, brindes, compra de votos; que esses financiamentos são em troca da prefeitura”.

EMENDAS PARLAMENTARES

Dino nega pedido do Novo para bloqueio

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou um pedido do Partido Novo para bloquear repasses do governo Lula à Saúde, classificando-os como despesa obrigatória — as quais, segundo o partido, estariam sendo usadas “indevidamente visando compensar perdas parlamentares decorrentes da suspensão” das emendas de relator e de comissão, espólio do orçamento secreto.

O pedido era pela suspensão do empenho, da liquidação e do pagamento de verbas dos Programas de Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade e Piso de Atenção Primária à Saúde. O Novo queria que os repasses fossem sustados até “devido esclarecimento” pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e pelo Ministério da Saúde.

A legenda também pedia que a Polícia Federal fosse instada a investigar o caso, para “apurar eventuais práticas criminosas relacionadas à burla deliberada de decisões” do STF — no caso, a derrubada do orçamento secreto.

Dino negou a suspensão argumentando que o pedido havia sido feito no bojo da ação que analisa, no STF, a validade das emendas Pix. O ministro frisou que o Novo questionava a execução das rubricas próprias do Executivo, “que são possuidoras de suas próprias regras constitucionais, legais e regulamentares”.

De acordo com o despacho, o Novo deve entrar com uma ação à parte para questionar os repasses, por se tratarem de “fatos novos distintos das controvérsias sobre as emendas parlamentares — individuais ou coletivas — ao Orçamento Geral da União”.

O Partido Novo acionou o STF

sob a alegação de que o governo faz as transferências de forma discricionária e sem critérios técnicos de transparência, assemelhando-se aos modelos de emendas vetados por Dino.

“O pedido fundamenta-se na identificação de fortes indícios de desvio de finalidade e burla ao controle de constitucionalidade exercido por este Tribunal. As evidências apontam para a utilização de verbas RP1 (despesa primária obrigatória) em desacordo com seu caráter obrigatório, desvirtuando seu propósito original em favorecimento de interesses políticos e em detrimento do princípio da impessoalidade”, diz um trecho da ação ajuizada pela sigla.

Segundo Paulo Roque, advogado que representa o partido, “é essencial que práticas criminosas relacionadas ao desrespeito às

decisões do STF sejam apuradas”.

Em 23 de dezembro, Dino suspendeu pagamentos de R\$ 4,2 bilhões em emendas parlamentares, cobrando transparência no repasse dos recursos. O ministro avaliou que houve um “apadrinhamento” das emendas pelos líderes partidários, o que, na prática, impede a identificação dos parlamentares que efetivamente fizeram os pedidos de distribuição. Na decisão, o magistrado afastou a possibilidade da criação das “emendas de líder partidário”.

No domingo, Dino liberou a execução das emendas de comissão empenhadas até o dia da suspensão. Segundo ele, a medida busca evitar “insegurança jurídica para terceiros”.

Na terça, ele permitiu o uso de outros R\$ 370 milhões para garantir o gasto mínimo em Saúde previsto na Constituição.

Gustavo Moreno/SCO/STF



Dino: partido deve entrar com ação à parte para questionar repasses